



SAÚDE MENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE A AUTOEXPLORAÇÃO NEOLIBERAL E A IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO DOCENTE

GT 05 - Educação, Comunicação, Informação, Direitos Humanos e Cidadania

Vitória Alves Silva¹
Simone Silveira Amorim²

RESUMO

Este estudo teórico investiga a saúde mental das professoras da Educação Infantil, compreendendo-a como uma questão estrutural relacionada às condições de trabalho e às demandas simbólicas, afetivas e sociais da docência. O objetivo é analisar como fatores psicossociais e a lógica neoliberal impactam o bem-estar dessas profissionais. A metodologia consistiu em um levantamento bibliográfico de produções acadêmicas publicadas entre 2014 e 2024, e a fundamentação teórica se baseou nos pensamentos de Byung-Chul Han, Edgar Morin e Immanuel Kant. Os resultados revelam alta prevalência de sofrimento psíquico, incluindo sintomas de estresse, ansiedade, depressão e burnout, frequentemente associados à sobrecarga laboral, baixos salários, desvalorização profissional e ausência de apoio institucional. As análises destacam a autoexploração como efeito da psicopolítica neoliberal (Han), a importância do pensamento complexo para integrar saúde e educação (Morin) e a necessidade de uma formação integral pautada na moralidade e dignidade docente (Kant). Conclui-se que a promoção da saúde mental das professoras exige políticas públicas eficazes, valorização social e institucional da Educação Infantil e criação de espaços de escuta e acolhimento no ambiente escolar. O investimento no bem-estar docente é condição essencial para garantir uma educação de qualidade, humana e transformadora. **PALAVRAS-CHAVE:** saúde mental docente; Educação Infantil; psicopolítica neoliberal.

ABSTRACT

This theoretical study investigates the mental health of Early Childhood Education teachers, understanding it as a structural issue linked to working conditions and the symbolic, emotional, and social demands of teaching. The objective is to analyze how psychosocial factors and neoliberal logic affect the well-being of these professionals. The methodology consisted of a bibliographic review of academic productions published between 2014 and 2024, with a theoretical foundation based on the works of Byung-Chul Han, Edgar Morin, and Immanuel Kant. The results reveal a high prevalence of psychological distress, including symptoms of stress, anxiety, depression, and burnout, often associated with work overload, low wages, professional devaluation, and lack of institutional support. The analysis highlights self-exploitation as an effect of neoliberal psychopolitics (Han), the importance of complex thinking to integrate health and education (Morin), and the need for integral education based on morality and teacher dignity (Kant). It is concluded that promoting the mental health of Early Childhood teachers requires effective public policies, social and institutional recognition of Early Childhood Education, and the creation of listening and support spaces within schools. Investing in teachers' well-being is essential to ensure a high quality, human, and transformative education.

KEYWORDS: Teacher's mental health; Early Childhood Education; neoliberal psychopolitics

¹Universidade Tiradentes-UNIT; Mestranda em Educação; Grupo de Pesquisa em Educação e Sociedade: Sujeitos e Práticas Educativas; e-mail: vitoria.asilva@souunit.com.br

²Universidade Tiradentes-UNIT; Doutora em Educação-UFS; Grupo de Pesquisa em Educação e Sociedade: Sujeitos e Práticas Educativas; e-mail: simonesilveira@unit.br



1 Introdução

A Educação Infantil, como etapa inicial da educação básica representa um espaço fundamental para o desenvolvimento integral da criança, articulando aspectos cognitivos, afetivos, sociais e culturais (BRASIL, 1996). Nesse cenário, o trabalho docente assume papel essencial, não apenas no que se refere à mediação pedagógica, mas também na construção de vínculos afetivos, na mediação de conflitos e no cuidado com as primeiras experiências escolares. No entanto, as intensas demandas emocionais, a sobrecarga de funções e a persistente desvalorização da profissão impõem desafios significativos à saúde mental das professoras (Tardif, 2014; Libâneo, 2004).

Apesar de a literatura já evidenciar a complexidade da atividade docente e seus reflexos sobre o bem-estar dos educadores, ainda são limitadas as investigações que abordam essas questões a partir da perspectiva das próprias professoras, especialmente quando se consideram metodologias que valorizem as dimensões subjetivas, simbólicas e afetivas do cotidiano escolar.

A relevância deste estudo reside, portanto, na necessidade de reconhecer a saúde mental docente como um direito fundamental e como uma condição indispensável para a promoção de uma educação de qualidade (OMS, 2022).

Importa mencionar que a contemporaneidade é marcada por profundas transformações nos modos de vida, nos sistemas produtivos e nas práticas educacionais. Nesse cenário, a saúde mental dos sujeitos, especialmente dos profissionais da educação, encontra-se atravessada por tensões oriundas da lógica neoliberal, da fragmentação do conhecimento e dos desafios da formação humana integral. Para compreender criticamente esse contexto, este estudo teórico mobiliza três referenciais fundamentais: Byung-Chul Han (2018), Edgar Morin (2015) e Immanuel Kant (2012). A análise de suas obras permite questionar modelos vigentes, identificar contradições nos paradigmas educacionais atuais e elaborar hipóteses para futuras pesquisas sobre a interface entre educação, subjetividade e saúde mental.

Byung-Chul Han (2018) oferece uma leitura contundente da sociedade contemporânea, marcada pela transição do paradigma disciplinar para o paradigma psicopolítico. Se, na modernidade, a dominação se exercia pela repressão externa, no neoliberalismo ela se realiza por meio da autoexploração. O sujeito deixa de ser um explorado por outrem e torna-se explorador de si mesmo, transformando-se em “empreendedor de si” (Han, 2018).

Edgar Morin (2015) se contrapõe ao reducionismo da epistemologia moderna e propõe o



pensamento complexo como alternativa para compreender e reorganizar a educação. Para o autor, a fragmentação disciplinar compromete a formação humana, pois reduz o saber a parcelas isoladas, incapazes de dialogar com a totalidade da experiência humana (Morin, 2015).

O pensamento pedagógico de Immanuel Kant, exposto em sua obra *Sobre a Pedagogia* (2012), embora escrito no século XVIII, permanece atual para refletir sobre os fundamentos da formação humana. Kant (2012) defende que o ser humano é a única criatura que necessita de educação, pois nasce em estado bruto e deve ser conduzido pela disciplina, pela instrução e pela moralidade para desenvolver-se plenamente.

Tendo em vista as discussões mencionadas e a fim de alcançar o objetivo proposto, a metodologia desta pesquisa é composta por um levantamento bibliográfico realizado no Google Acadêmico, incluindo produções publicadas entre 2014 e 2024, em língua portuguesa. Foram excluídos materiais pagos, incompletos ou sem relação direta com a temática. Como base filosófica e crítica, foram adotadas obras de Han, Morin e Kant, cujos referenciais permitem analisar a complexidade do trabalho docente, a saúde mental no contexto da sociedade contemporânea e a educação como processo de formação integral.

2 Revisitando as pesquisas: saúde mental na educação infantil

A fim de compreender sobre o tema, fez-se um levantamento bibliográfico de produções acadêmicas publicadas entre 2014 e 2024, utilizaram-se descritores: Saúde mental, Docentes, Educação infantil. Foram incluídos estudos em língua portuguesa de acesso aberto (artigos, dissertações e teses). Excluíram-se textos com foco exclusivo em aprendizagem infantil sem vínculo com bem-estar docente. A seleção dos textos foi realizada em duas etapas (título/ resumo e leitura do texto completo).

Bueno (2021), em sua dissertação intitulada “Saúde mental de professores e as implicações no ensino da educação infantil”, analisou os indicadores de adoecimento mental de docentes da rede municipal de Uruguaiana/RS e investigou suas percepções sobre os impactos desse processo no ensino. A pesquisa, de caráter descritivo e abordagem mista (quantitativa e qualitativa), foi realizada entre abril e maio de 2020, por meio de questionário eletrônico dividido em duas partes: (1) questões sociodemográficas e de trabalho e (2) aplicação do Self-Report Questionnaire (SRQ-20) para rastreamento de Distúrbios Psíquicos Menores (DPM).

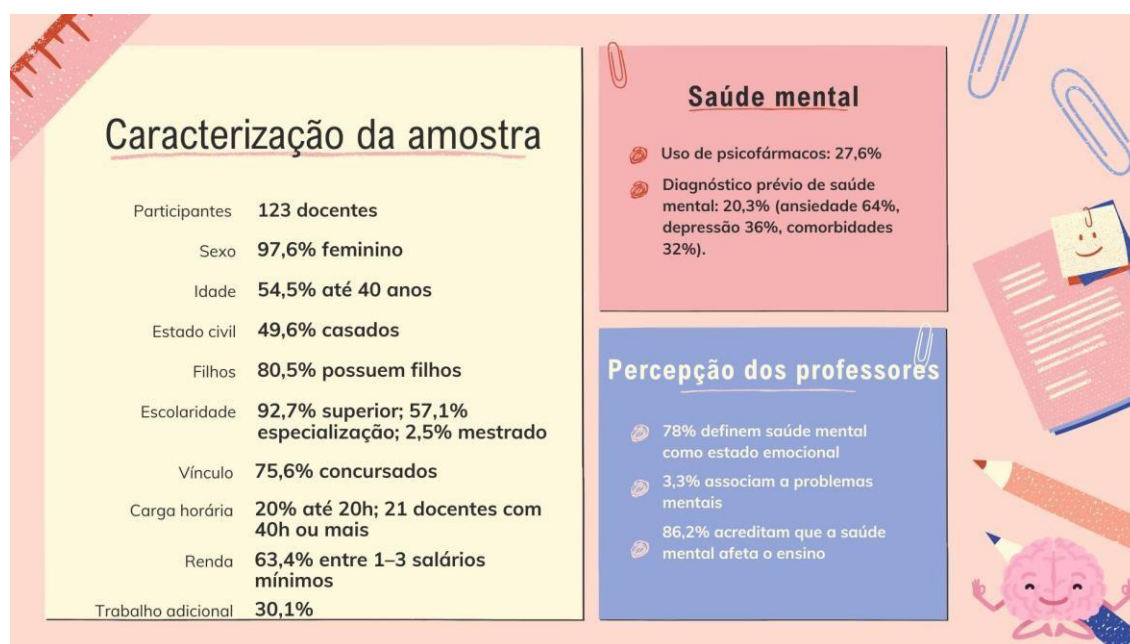


Figura 1 – Caracterização da amostra, condições de saúde mental e percepções dos professores

Fonte: Elaboração própria

Os dados quantitativos foram examinados por estatística descritiva e bivariada (qui-quadrado, $p < 0,05$), enquanto os depoimentos foram tratados pela técnica de Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011), o que permitiu identificar categorias relacionadas ao entendimento dos docentes sobre saúde mental, aos fatores que influenciam seu estado emocional e aos reflexos no processo de ensino aprendizagem.

O material resultou em dois manuscritos: o primeiro abordou a prevalência e os fatores associados aos DPM entre os professores, e o segundo apresentou as percepções docentes sobre saúde mental e suas implicações no ensino da Educação Infantil (Bueno, 2021).

Araujo (2023) realizou uma revisão da produção científica brasileira sobre saúde mental de professores da educação básica, identificando fatores de adoecimento e sintomas predominantes. A pesquisa abrangeu artigos empíricos de acesso aberto publicados entre 2005 e 2022 na base SciELO, utilizando descritores relacionados à docência, saúde mental e burnout. Foram selecionados 19 estudos distribuídos em periódicos das áreas de educação, saúde e psicologia. Os dados da pesquisa estão sintetizados no Quadro 1.



Base de dados	Scielo
Marco temporal	2005 a 2022
Artigos identificados	118
Artigos analisados	19

Quadro 1 – Critérios de busca bibliográfica

Fonte: Elaboração própria

Os artigos revisados incluíram estudos descritivos, exploratórios e correlacionais, que mapearam fatores ligados ao contexto laboral docente e transtornos frequentes. A análise destacou a prevalência de investigações sobre a Síndrome de Burnout, além de estudos que abordaram transtornos mentais comuns, sofrimento psíquico e estresse emocional.

Sobrecarga de trabalho (cargas horárias excessivas)	42,1% (n=8)
Violência no cotidiano escolar	31,57% (n=6)
Condições de trabalho desfavorável	31,57% (n=6)
Tensão nas relações professor, aluno, escola	31,57% (n=6)
Baixos salários	21,05% (n=4)
Inexpressiva participação no planejamento da instituição e nas políticas institucionais	15,78% (n=3)
Falta de apoio dos pais e da direção da escola	10,52% (n=2)
Pressão por metas de produtividade	5,26% (n=1)
Sentimento de desvalorização perante a sociedade	5,26% (n=1)
Insatisfação com o trabalho ou desejo de mudar de profissão	5,26% (n=1)

Tabela 1 – Fatores relacionados ao adoecimento de professores

Fonte: Elaboração própria

Esse levantamento oferece um panorama da produção científica nacional, evidenciando as formas como a saúde mental docente tem sido investigada e indicando direções para futuras pesquisas e políticas de prevenção e enfrentamento (Araujo, 2023).

A dissertação de Camada (2016), desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Saúde,



Ambiente e Trabalho da Universidade Federal da Bahia (UFBA), investigou a relação entre apoio social e saúde mental de professores da rede municipal de Salvador. O estudo, de corte transversal, contou com 476 docentes da educação infantil e fundamental e utilizou instrumentos validados, como o Job Content Questionnaire (JCQ) para mensurar o apoio social no trabalho e o Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) para rastrear transtornos mentais comuns (TMC). Os resultados apontaram prevalência de 29,5% de TMC entre os participantes, além de elevados índices de situações de violência escolar (88,9%) e sobrecarga laboral, com 71,6% atuando em jornadas de 40 horas ou mais. Embora a análise bivariada tenha indicado associação significativa entre baixo apoio social no trabalho e TMC, essa relação não se manteve após os ajustes multivariados. A pesquisa contribui para compreender como vínculos interpessoais no ambiente escolar, especialmente o apoio de colegas e supervisores, podem influenciar o bem-estar docente, inserindo-se no campo de estudos que articula epidemiologia, educação e saúde do trabalhador.

O Trabalho de Conclusão de Curso de Xavier (2024), apresentado no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), investigou a saúde mental de professores da Educação Infantil por meio de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico. A autora reuniu produções disponíveis em bases como SciELO e repositórios institucionais, organizando um levantamento sobre os principais transtornos relacionados à docência, com ênfase na Síndrome de Burnout, nos transtornos de ansiedade e na depressão. A análise dialogou com referenciais teóricos consolidados no campo da educação e da saúde do trabalhador, além de integrar investigações empíricas em diferentes contextos brasileiros, que discutem desde prevalências de sofrimento mental e afastamentos do trabalho até dimensões como demandas psicológicas, corporeidade e impactos da pandemia de COVID-19. O estudo oferece um panorama da produção recente sobre o tema, destacando a relevância de refletir sobre a saúde emocional de educadores da primeira etapa da educação básica.

O artigo de Ferreira-Costa e Pedro-Silva (2019), publicado na revista *Proposições*, analisou ansiedade e depressão em 105 professoras da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental de um município do Vale do Paraíba/SP. O estudo, quantitativo e transversal, utilizou o Beck Depression Inventory (BDI), o Beck Anxiety Inventory (BAI) e questionário sociodemográfico. Os resultados mostraram que 41,9% apresentaram níveis de ansiedade e 30,5% de depressão, totalizando 49,5% com sinais de adoecimento psicológico. A associação significativa foi observada apenas na faixa etária entre 41 e 45 anos e entre docentes com formação em Normal



Superior. O estudo contribui para compreender a saúde mental docente e aponta fatores de risco no contexto escolar (Ferreira-Costa; Pedro-Silva, 2019).

O estudo de Martins et al (2014) analisou o impacto das condições de trabalho na saúde de 196 professoras da Educação Infantil Municipal (EMEI) de uma cidade de porte médio do Rio Grande do Sul, sendo 195 mulheres e um homem, com média de 38 anos de idade, tempo médio de nove anos de profissão e carga horária de 40 horas semanais. A pesquisa, baseada no modelo demanda-controle de Karasek e aplicada por meio do Job Content Questionnaire (JCQ), revelou diferentes níveis de exigência e controle no exercício docente: 48 professoras estavam no grupo protegido contra o adoecimento (baixa exigência e alto controle), outras 48 no grupo de baixa demanda e baixo controle, 49 no grupo intermediário (alta demanda e alto controle) e 36 em situação de risco, por atuarem sob alta demanda e baixo controle. Os resultados evidenciam a heterogeneidade das condições laborais dessas educadoras e reforçam que o risco de adoecimento não está apenas associado à carga horária ou ao tempo de atuação, mas principalmente à interação entre as pressões do trabalho e a autonomia docente. Nesse sentido, o estudo destaca a relevância de políticas públicas e intervenções que considerem os aspectos psicossociais do ambiente escolar, de modo a reduzir tensões e ampliar o suporte e o controle no trabalho das professoras da Educação Infantil.

Segundo Vieira et al 2016, a complexidade das demandas e a alta expectativa social contribuem para o adoecimento das professoras da Educação Infantil. Essas profissionais, em sua maioria mulheres, acumulam responsabilidades familiares, enfrentam desvalorização salarial e baixa valorização social, o que intensifica o sofrimento e o risco de esgotamento. Apesar disso, muitas permanecem na profissão em busca de reconhecimento, reforçando a necessidade de refletir sobre a relação entre saúde docente e qualidade da educação infantil.

Conforme apontado por Coutinho (2020), o estresse entre professores da Educação Infantil em Buriticupu-MA está relacionado a múltiplas variáveis, como a trajetória na carreira docente, a indisciplina dos alunos, a pressão do tempo, o excesso de trabalho, políticas disciplinares inadequadas e a burocracia administrativa. Entre esses fatores, a carreira e a indisciplina se destacam como as principais fontes de estresse em escolas públicas e privadas. Além disso, os docentes relatam cansaço e sobrecarga, indicando a importância de ações na gestão escolar para promover a saúde mental e a qualidade do trabalho docente.

O reconhecimento é vital para a saúde das professoras da Educação Infantil, pois transforma



o sofrimento em satisfação. Apesar da desvalorização pelos gestores, cresce entre os pais a valorização do papel docente, que inclui cuidado e desenvolvimento integral das crianças. O estudo ressalta a importância de compreender o significado do trabalho e criar estratégias de prevenção do adoecimento, destacando a necessidade de espaços de expressão e considerando o silêncio como indicativo relevante. (Fischer, 2018).

Apesar das políticas, a Educação Infantil ainda enfrenta sobrecarga, desvalorização e baixa remuneração, agravando o adoecimento das professoras. A paixão pelo cuidado contrasta com o desânimo, evidenciando desafios que demandam pesquisa para melhorar a qualidade de vida docente e da educação (Martins, 2019).

Os resultados encontrados corroboram a literatura recente que aponta a prevalência de adoecimento mental entre professoras da Educação Infantil, evidenciado por sintomas como estresse, ansiedade, cansaço físico, desmotivação e uso frequente de medicamentos. Bueno (2021), ao analisar indicadores de adoecimento mental em docentes da rede municipal de Uruguaiana/RS, identificou a presença significativa de Distúrbios Psíquicos Menores (DPM) e ressaltou as implicações desse processo no ensino. De modo semelhante, Ferreira Costa e Pedro-Silva (2019) verificaram altos índices de ansiedade (41,9%) e depressão (30,5%) entre professoras da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, reforçando que o sofrimento psíquico docente não é isolado, mas um fenômeno recorrente no contexto escolar.

Além disso, pesquisas como a de Camada (2016) e Martins et al. (2014) destacam a influência das condições laborais no bem-estar docente, evidenciando que fatores psicossociais, como apoio social no ambiente de trabalho e autonomia, impactam diretamente a saúde mental. Nossos achados convergem com esses estudos ao evidenciar que a sobrecarga de responsabilidades, a desvalorização profissional e a pressão do tempo configuram-se como variáveis que agravam o adoecimento, conforme também apontado por Coutinho (2020). Nesse sentido, a ausência de reconhecimento institucional agrava o sofrimento docente, ainda que o reconhecimento familiar e social, em alguma medida, venha se fortalecendo (Fischer, 2018).

Outro ponto de convergência com estudos anteriores (Vieira et al., 2016; Araujo, 2023; Xavier, 2024) refere-se à sobreposição de papéis sociais vivenciados pelas professoras, que acumulam funções de trabalhadora, mãe e cuidadora, condição que intensifica a vulnerabilidade emocional e a percepção de desvalorização, agravada pela visão social de que sua função se limita ao cuidado infantil. Apesar disso, observa-se que poucas docentes manifestam desejo de abandonar



a profissão, revelando paixão e compromisso com o desenvolvimento das crianças, aspecto também identificado por Martins (2019).

No entanto, alguns estudos apresentam nuances distintas. Enquanto Camada (2016) não encontrou associação estatisticamente significativa entre baixo apoio social e transtornos mentais comuns após ajustes multivariados, nossos achados sugerem que a fragilidade das redes de suporte, somada à ausência de políticas efetivas de valorização docente, é elemento central no agravamento do sofrimento.

De modo geral, os resultados reafirmam que a saúde mental das professoras da Educação Infantil deve ser entendida como questão estrutural, vinculada às condições objetivas de trabalho e ao reconhecimento social da profissão. Nesse sentido, políticas públicas de valorização docente, estratégias de prevenção em saúde e espaços de escuta e acolhimento configuram-se como medidas urgentes para ressignificar o sofrimento, fortalecer o bem-estar docente e, consequentemente, melhorar a qualidade da educação oferecida.

3 O que Han, Morin e Kant têm a dizer sobre educação, saúde mental e sociedade contemporânea

De acordo com Han (2018), o modelo da autoexploração produz a chamada violência neuronal, cujos sintomas são a explosão de transtornos psíquicos como ansiedade, depressão e burnout. Diferentemente do regime disciplinar foucaultiano, que impunha limites e coerções externas, a psicopolítica atua de modo invisível, infiltrando-se nos desejos e crenças dos indivíduos. O resultado é a ilusão de autonomia: acredita-se que a liberdade é plena, quando, na realidade, trata-se de um mecanismo sofisticado de controle (Han, 2018).

No campo educacional, esse fenômeno manifesta-se na valorização excessiva do desempenho, da produtividade e dos indicadores de eficiência. Professores e alunos tornam-se objetos de mensuração, submetidos a pressões constantes por resultados. Eventos de capacitação e programas motivacionais, apresentados como instrumentos de desenvolvimento humano, frequentemente servem à manutenção do próprio sistema, reforçando o ciclo de autoexploração (Han, 2018).

Esse cenário exige uma epistemologia crítica, capaz de denunciar como a racionalidade neoliberal captura a educação, transformando a escola em espaço de gestão de resultados e não de



emancipação. Como destaca Han, “quanto mais invisível o poder, mais eficaz ele se torna” (Han, 2018, p. 42).

Para Morin (2015), a educação tradicional, baseada em memorização e transmissão mecânica de conteúdos, revela-se insuficiente para preparar o sujeito para os desafios da vida contemporânea. Morin insiste que educar significa ensinar a viver, ou seja, preparar o ser humano para lidar com incertezas, contradições e desafios existenciais (Morin, 2015; Morin, 2000).

Nesse contexto, a crise da educação não é apenas pedagógica, mas também civilizatória. O ensino, ainda preso à lógica cartesiana da simplificação, falha em articular razão e emoção, ciência e ética. A proposta moriniana é promover uma educação transdisciplinar, que conecte saberes diversos e forme sujeitos autônomos, solidários e críticos.

O pensamento complexo tem implicações diretas para a pesquisa em educação: exige metodologias que valorizem a subjetividade, o contexto e as interações sociais. A investigação não deve restringir-se à quantificação ou ao controle de variáveis, mas deve integrar experiências, sentidos e narrativas, respeitando a multidimensionalidade da realidade educativa.

Morin (2015, p. 27) afirma: “É preciso ensinar o respeito pelo outro, pela vida e pela Terra”. Essa afirmação remete a uma ética planetária, que compreende o ser humano como parte de um sistema global interdependente. A educação, nesse sentido, deve preparar para o inesperado, abandonando o modelo linear de previsibilidade.

Para Kant, a disciplina atua como um freio à selvajaria, moldando hábitos e refreando impulsos instintivos. A instrução, por sua vez, guia o sujeito da barbárie à razão, constituindo o aspecto positivo da educação. A meta final é a moralidade, entendida como capacidade de agir de acordo com princípios universais de justiça e liberdade (Kant, 2012).

A metáfora kantiana do cultivo de flores revela a crença no potencial humano: assim como a semente contém em si possibilidades diversas, o ser humano traz disposições naturais que precisam ser desenvolvidas pela educação. Nesse processo, cada geração educa a seguinte, garantindo a continuidade e o aperfeiçoamento progressivo da humanidade (Kant, 2012).

Kant também alerta para a importância de preparar o ser humano não apenas para o presente, mas para o futuro, numa perspectiva de aperfeiçoamento da humanidade como um todo. Sua concepção de educação integral abrange dimensões físicas, intelectuais, sociais e morais, propondo uma formação que transcenda a mera instrução utilitária.

Ao aproximar os pensamentos de Byung-Chul Han (2018), Edgar Morin (2015) e Immanuel



Kant (2012), é possível identificar tanto convergências quanto tensões significativas. Entre os pontos de convergência, destaca-se o reconhecimento, por parte dos três autores, da educação como um processo essencial para a humanização. Todos eles se posicionam contra modelos reducionistas: Han denuncia a captura da subjetividade pelo neoliberalismo; Morin propõe o pensamento complexo como alternativa à fragmentação do saber; e Kant insiste na disciplina e na moralidade como pilares para o desenvolvimento humano. Em comum, defendem uma concepção de educação que vai além da simples transmissão de conteúdos, orientando-se para a formação integral do ser humano.

No entanto, também surgem tensões relevantes entre suas concepções. Han direciona sua crítica ao presente, desvelando os mecanismos invisíveis de poder e controle que operam nas sociedades contemporâneas, enquanto Kant projeta a educação como um caminho para a perfeição moral futura. Morin, por sua vez, critica a fragmentação do pensamento cartesiano, enquanto Kant ainda se ancora em uma racionalidade iluminista, embora a transcenda parcialmente com sua noção de progresso coletivo. Além disso, Han traz à tona os efeitos nocivos da autoexploração sobre a saúde mental, uma temática que, embora não abordada diretamente por Kant ou Morin, pode ser relacionada às suas reflexões sobre disciplina e complexidade. Essa síntese revela tanto a atualidade quanto as limitações das reflexões clássicas e contemporâneas, abrindo caminho para novas investigações no campo educacional.

A análise conjunta desses referenciais teóricos permite a formulação de hipóteses que podem orientar futuras pesquisas. A primeira delas diz respeito à relação entre educação e saúde mental docente, propondo investigar de que forma a psicopolítica neoliberal afeta o bem-estar dos professores, especialmente nas dimensões da autoexploração, do desempenho e da exaustão emocional (burnout).

Uma segunda hipótese se refere à complexidade e ao currículo, sugerindo a análise de como o pensamento de Edgar Morin pode inspirar práticas pedagógicas interdisciplinares, que valorizem tanto a subjetividade quanto a experiência concreta dos estudantes. Já a terceira hipótese propõe uma releitura da moralidade kantiana no contexto atual, marcada por crises éticas, proliferação de fake news, intolerância e fragmentação social, refletindo sobre como esses desafios contemporâneos podem dialogar com os princípios morais propostos por Kant.

Por fim, uma quarta hipótese aponta para a possibilidade de triangulação teórica entre os três autores. Essa proposta busca articular os conceitos de psicopolítica (Han), pensamento complexo



(Morin) e pedagogia kantiana, com o objetivo de iluminar novas práticas educativas que respondam às demandas de um mundo cada vez mais complexo, exigente e desafiador.

Este estudo teórico evidenciou que pensar a educação contemporânea exige diálogo entre diferentes tradições filosóficas e críticas sociais. Byung-Chul Han denuncia a captura subjetiva operada pelo neoliberalismo; Edgar Morin propõe uma reforma do pensamento para superar a fragmentação; Immanuel Kant reafirma a centralidade da disciplina, da instrução e da moralidade no processo de formação humana. Em conjunto, esses referenciais convidam a repensar a educação como espaço de emancipação, resistência e construção do sujeito integral. Mais do que transmitir conteúdos, educar é formar para a vida, para a liberdade e para a convivência

Considerações Finais

A análise dos estudos revisados, somada à fundamentação teórica em Han, Morin e Kant, permitiu compreender que a saúde mental das professoras da Educação Infantil constitui uma questão urgente e estrutural. Nesse sentido, a psicopolítica neoliberal, conforme argumenta Han (2018), transforma o trabalho docente em um espaço de autoexploração, onde o sofrimento é internalizado e mascarado sob a aparência de vocação e resiliência. Ao mesmo tempo, a proposta de pensamento complexo de Morin (2015) revela-se essencial para que a educação supere a fragmentação do saber e reconheça a interdependência entre saúde, subjetividade e ambiente escolar. A partir de Kant (2012), resgatamos a ideia de que a educação deve se orientar pela formação moral e pelo cultivo das potencialidades humanas, o que exige condições institucionais que respeitem a dignidade do docente como sujeito autônomo e ético.

Diante disso, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas que assegurem condições adequadas de trabalho, apoio psicossocial contínuo e espaços de escuta para os profissionais da educação. Além disso, o reconhecimento social da importância da Educação Infantil deve ser ampliado, superando visões simplistas que desvalorizam essa etapa crucial do desenvolvimento humano.

Assim, ao cumprir o objetivo de analisar como fatores psicossociais e a lógica neoliberal impactam o bem-estar das professoras da Educação Infantil, este estudo reafirma que a promoção da saúde mental docente não pode ser vista apenas como ação reparadora, mas como condição ética e política indispensável para a construção de uma educação mais justa, humana e integral.

Como contribuição, este trabalho evidencia a urgência de reposicionar a saúde mental docente



SIMEDUC

12º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação
3º Fórum Permanente Paulo Freire

22 a 24 de outubro de 2025

ISSN: 2179-4901

no centro das discussões sobre qualidade educacional, ampliando a reflexão para além de fatores individuais e destacando sua dimensão estrutural e coletiva. Além disso, abre caminhos para futuras pesquisas que aprofundem a interface entre saúde, subjetividade e práticas pedagógicas, seja por meio de estudos empíricos, seja pela construção de novas metodologias de cuidado e reconhecimento docente.

Em suma, o investimento no bem-estar das professoras da Educação Infantil é requisito essencial para que a escola cumpra sua função formadora em uma sociedade marcada por desafios cada vez mais complexos. Reafirma-se, portanto, que uma educação de qualidade só é possível quando sustentada pelo reconhecimento, pela valorização e pelo cuidado com aquelas que estão na base da formação das futuras gerações.



Referências

ARAUJO DOS SANTOS LOPES, Lusimar; DE FREITAS NOVAIS, Lucimar. **Estado de conhecimento sobre saúde mental dos professores na educação básica**. Revista Alembra, [s. l.], v. 5, n. 10, p. 24–47, 2023. DOI: 10.47270/ra.v5i10.570. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/alembra/article/view/570>. Acesso em: 2 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano CXXXIV, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>. Acesso em: 2 ago. 2025.

BUENO, Lidiele Roque. **Saúde mental de professores e as implicações no ensino da educação infantil**. 90 p. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Universidade Federal do Pampa, Uruguai, 2021.

CAMADA, Ilza Mitsuko. **Apoio social e saúde mental entre professores**. 2016.

COUTINHO, Francisca; COSTA JÚNIOR, Lindemberg. **Fatores que influenciam o stress dos professores da educação infantil da cidade de Buriticupu/MA**. Competência, Porto Alegre, v. 13, n. 2, 2020.

“**Eu sou quem então?**”: o trabalho docente na educação infantil e os impactos da organização do trabalho na dinâmica do reconhecimento. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 133–147, 2018. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v21i2p133-147. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpst/article/view/150277>. Acesso em: 2 ago. 2025.

FERREIRA-COSTA, Rodney Querino; PEDRO-SILVA, Nelson. **Níveis de ansiedade e depressão entre professores do Ensino Infantil e Fundamental**. Pro-posições, v. 30, p. e20160143, 2019.

HAN, Byung – Chul. **Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução Maurício Liesen. Editora Âyiné. Belo Horizonte. 2018

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Tradução: João Tiago Proença. Edições 70, LDS. Lisboa. Portugal. 2012

MARTINS, Maria de Fátima Duarte et al. **O trabalho das docentes da educação infantil e o mal-estar docente: o impacto dos aspectos psicossociais no adoecimento**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 17, n. 2, p. 281–289, 2014.



SIMEDUC

12º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação
3º Fórum Permanente Paulo Freire

22 a 24 de outubro de 2025

ISSN: 2179-4901

MARTINS, Maria de Fátima Duarte; ARAUJO, Tania Maria. **Trabalho docente e saúde das professoras da educação infantil**. Educação UFSM, v. 44, 2019.

MORIN, Edgar. **Ensinar a Viver**: manifesto para mudar a educação. Tradução: Edgard de Assis Carvalho e Mariza Peressi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SANTOS, M. O., ed. **Educação infantil em tempos de pandemia** [online]. Salvador: EDUFBA, 2021, 305 p. ISBN: 978-65-5630-370-3.

VIEIRA, Jarbas Santos; GONÇALVES, Vanessa Bugs; MARTINS, Maria de Fátima Duarte. **Trabalho docente e saúde das professoras de educação infantil de Pelotas, Rio Grande do Sul**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 14, n. 2, p. 559 574, 2016.

XAVIER, Laura de Sena. **Saúde mental do docente na Educação Infantil a partir de uma análise bibliográfica**. 2024.